

Apresentação

Sérgio Carrara⁽¹⁾

De diferentes perspectivas, os artigos aqui reunidos abordam o complexo processo social que se desenvolve atualmente ao redor de certos sujeitos, relegados por muito tempo às margens do moralmente aceitável e do culturalmente inteligível. Mesmo podendo formalmente abarcar outros coletivos (como trabalhadores do sexo ou adeptos de práticas heterossexuais não-convencionais), a expressão "diversidade sexual", utilizada no título desse número de *O Social em Questão*, enfeixa um conjunto de temáticas que até muito recentemente apareciam sob a categoria "homossexualidade", cuja constituição esteve historicamente dependente da interação de três grandes linhas de desenvolvimento.

Uma delas deita suas raízes na moral, ou em certa moralidade, em cujos termos a homossexualidade aparece como desonra, desvio moral, vício ou crime. Outra se apóia nas doutrinas cristãs que ainda vêem a homossexualidade como um sinônimo de sodomia, concebendo-a simultaneamente como pecado e impureza. Finalmente, a última dessas linhas ancora a homossexualidade no corpo, tratando o "desejo entre iguais" como doença, degeneração ou anomalia. Do ponto de vista epistemológico, há dois aspectos importantes a destacar em relação à homossexualidade. De um lado, a categoria se construiu em oposição à de heterossexualidade, que seria a sexualidade biologi-

⁽¹⁾ Antropólogo, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)

camente normal, moralmente correta e, dadas certas restrições, mais conforme aos desígnios divinos. De outro, foi concebida como necessariamente implicada em uma gramática de gênero, segundo a qual ser homossexual ou ter desejos homossexuais significava necessariamente manifestar atributos de gênero do chamado "sexo oposto".

Nas últimas décadas, assistimos à desestabilização de cada uma dessas grandes linhas de desenvolvimento, à sua progressiva desarticulação e à correlativa desintegração dessa epistemologia. Dito de outro modo, assistimos a um profundo processo de resignificação da homossexualidade ou das homossexualidades, cujo horizonte ideal é desenhado pela sua completa cidadanização, pela completa incorporação da idéia de que diferenças quanto à identidade de gênero ou à orientação sexual são normais, saudáveis, moralmente válidas e socialmente positivas.

Sob o peso dos movimentos contra-culturais da década de 1960, as representações que tradicionalmente recaíam sobre a homossexualidade começaram a ceder em ritmos diferentes. Nos anos 1980, ela deixou de ser oficialmente uma doença ou anomalia e hoje, paulatinamente, deixa de ser vista como imoralidade e pecado, para ser considerada mera diferença no plano do desejo sexual ou das identificações de gênero. Estamos, sem dúvida, frente a um processo crucial, seja do ponto de vista da política e da moral sexual, seja do ponto de vista das ciências da sexualidade. Trata-se de uma ruptura que, se bem tenha sido preparada no curso de processos de mudança social bem mais antigos, como a lenta difusão de valores individualistas e o conseqüente desvanecimento das antigas hierarquias de gênero, ganhou ritmo e percurso inesperados sob a pressão de eventos imprevisíveis, como o advento da AIDS ou de novas tecnologias reprodutivas.

No plano epistemológico, um dos aspectos mais instigantes dessa ruptura tem sido a própria explosão da categoria homossexualidade em um ambiente intelectual que elegeu o "binarismo" e o "essencialismo" como seus principais inimigos. Se de uma perspectiva acadêmica, o binarismo e o essencialismo tornaram-se sinônimos de pobreza intelectual, no plano político, tornaram-se sinônimo de opressão. Com tal explosão, temos a proliferação ou a visibilização

(como podem querer os mais positivistas) de novas identidades e sujeitos. Contra o pano de fundo da antiga homossexualidade, gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexuais e bissexuais, agora subentendidos na expressão "diversidade sexual", começam a desenhar lugares singulares, circunscrevendo experiências, histórias e necessidades também particulares.

A despeito de alguns trabalhos pioneiros, como os Peter Fry ou Edward MacRae, que davam especial atenção ao então nascente movimento LGBT, durante muitos anos a reflexão sobre o tema esteve fortemente marcada pelo interesse nas práticas (homo)sexuais e nas representações sociais, populares e eruditas, que as cercavam. Mais recentemente, tal reflexão diversificou-se notavelmente, circunscrevendo novos temas, problemas e atores.

Disso dão excelente exemplo os trabalhos aqui reunidos. Centrados na discussão das perspectivas e dos limites do reconhecimento da cidadania plena para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, trabalham contextos sociais diversos, alguns deles ainda bem pouco explorados. Em certo sentido, abordam as respostas sociais à resignificação da homossexualidade que se articulam no seio das igrejas cristãs (de tradição católica ou evangélica), do Estado (tanto no que diz respeito a políticas públicas, quanto em sua estrutura jurídica) e da chamada sociedade civil (seja no plano dos movimentos sociais, do mercado de trabalho ou das profissões). De diferentes ângulos, colocam em foco os desdobramentos do processo social mais abrangente que erodiu o solo comum que, no passado, era demarcado pela rejeição em bloco de qualquer expressão da sexualidade que não fosse pautada pela monogamia heterossexual, reprodutiva e socialmente sancionada pelo matrimônio religioso e/ou civil. Em discussão, os novos dispositivos legais e institucionais, implantados ou em vias de implantação, visando consolidar o processo de cidadanização das homossexualidades ou da "diversidade sexual": leis relativas à parceria ou união civil entre pessoas do mesmo sexo; programas governamentais de combate ao preconceito e à discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, como é o caso do **Programa Brasil sem homofobia**; dispositivos de segurança pública, como o **Disque defesa homossexual**; programas para

a promoção do respeito à diversidade sexual em empresas; declarações de direitos humanos, nacionais e internacionais; igrejas evangélicas que "acolhem" homossexuais etc.

Se todos esses dispositivos e discussões se organizam sobre a ruptura mais ampla implicada no processo de cidadanização das homossexualidades, a reflexão cuidadosa empreendida pelos autores não deixa de revelar também certas continuidades inquietantes entre o velho e o novo. Nesse sentido, é exemplar a análise das respostas das religiões cristãs frente à crescente visibilidade das homossexualidades na sociedade contemporânea. Por um lado, revela que o surgimento de "igrejas inclusivas" no campo Protestante e de setores "inclusivos" da Igreja Católica implica necessariamente uma reelaboração de conceitos-chave, como a própria noção de Lei Natural. Porém, de outro, não deixam de apontar que se trata da inclusão de uma "certa" homossexualidade, sem que isso implique uma transformação mais radical da moral sexual cristã como um todo. A homossexualidade a ser incluída deve adequar-se a determinados padrões, que são, aliás, os mesmos aplicados à heterossexualidade: uma certa castidade, uma luta contínua contra o prazer sexual desvinculado de laços afetivos ou familiares, etc. De fato, seja no âmbito da religião, da ciência ou do direito, assiste-se à emergência de operações mais finas de classificação, de distinção ou separação, que vão penetrando profundamente o que antes se apresentava como uma massa informe em que se misturavam vício, doença, imoralidade, pecado e desvio.

Talvez seja ilusório pensar que a moralidade sexual (religiosa ou laica) como um todo e de uma vez por todas seja transformada a partir da resignificação contemporânea da homossexualidade, entendida agora como "diversidade sexual". O que vemos emergir das análises aqui reunidas são processos de transformação mais parciais, provisórios, tateantes. Em alguns contextos, a linguagem politicamente correta apresenta-se como tênue verniz que mal encobre antigos preconceitos. Em outros, a antiga moral sexual parece adaptar-se a realidades que, se não podem mais ser desconhecidas ou negadas, podem ser domesticadas ou normalizadas. Isso não quer dizer que, nos mais diferentes planos e contextos, nossa sociedade não esteja repensan-

do alguns de seus valores fundamentais, operando pequenas -mas cruciais- transformações doutrinárias, legais, institucionais. O próprio significado do sexo ou da sexualidade parece oscilar, embora ainda apareça vinculado, ora à reprodução altruísta, ora ao hedonismo egoísta. Porém, sob pressão crescente de uma nova realidade, em que sujeitos não-heterossexuais forçam os portões da "cidade", começa-se a colocar em foco dimensões da sexualidade antes não-valorizadas, como a sua capacidade de sedimentar vínculos sociais ou de enredar indivíduos em um mesmo destino comum. Mas o resultado desse processo é ainda incerto. As competentes e instigantes análises aqui reunidas trazem contribuição fundamental para diminuir essa incerteza, tanto explorando as possibilidades que se abrem e iluminando caminhos promissores, quanto antevendo futuras vicissitudes e percalços.